

SESSÕES DO PLENÁRIO

37ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 05 de Junho de 2014.

PRESIDENTE: DEPUTADA FÁTIMA NUNES (4º SECRETÁRIO)

A Srª PRESIDENTA (Fátima Nunes)- Boa-tarde a todos e a todas. Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão especial com o objetivo de discutir o Marco Legal da Política de Territorialidade, proposta por esta deputada que lhes fala.

Convido, para compor a Mesa, o Sr. José Sérgio Gabrielli, secretário de Planejamento do Estado da Bahia e presidente do Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial, representando aqui o governador Jaques Wagner; o Sr. Humberto Oliveira, assessor especial do Instituto Interamericano de Desenvolvimento da Agricultura; o Sr. Wellington Rezende, delegado da Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário; Sr. Sandro Magalhães, diretor de Territorialização da Cultura da Secretaria de Cultura do Estado, representando o secretário Antônio Albino Rubim; o Sr. Ubiramar Bispo, popularmente conhecido como Mazinho, coordenador da Rede Nacional de Colegiados Territoriais; o Dr. Ivan Leite, diretor de Desenvolvimento Territorial, representante da Superintendência da Agricultura Familiar; a Srª Rosana Vieira, coordenadora estadual dos Territórios da Bahia (Palmas.)

Estão presentes aqui na sessão – e logo após passo a registrar – vários colegiados territoriais, representantes de instituições da sociedade civil, prefeitos, vereadores, representantes do Movimento dos Sem Teto de Salvador, depois o Cerimonial vai me informar o nome de todos aqui para que possamos registrar. Mas já de antemão quero agradecer a todos os presentes. Temos aqui o deputado Zé das Virgens que está sem mandato porque já terminou o mandato de prefeito, mas quem foi deputado é sempre considerado deputado. E vice-prefeitos cujos nomes registrarei daqui a pouco.

Peço a todos que se levantem e contemos de pé o Hino Nacional.

(Execução do Hino Nacional.)

A Srª PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Prezados membros que formam esta Mesa, tenho o orgulho de contar com todos e todas, embora hoje todas estejamos em minoria aqui na Mesa. Mas estamos no comando. Para alterar o nosso comando e fortalecê-lo, quero chamar a ex-prefeita Cecília Petrina, minha amiga do sertão e do litoral. Temos só um prefeito neste momento. Quero convidar o prefeito Benone, de

Inhambuê, para fazer parte da Mesa. (Palmas.)

É com muita satisfação que hoje estamos fazendo este debate, porque na política territorial, quando olho para o rosto de todas e de todos, lembro-me muito bem de que, antes mesmo de ganharmos as eleições com o presidente Lula e depois com a presidenta Dilma, e aqui na Bahia, com o governador Jaques Wagner, todos nós já fazíamos alguma coisa que chamávamos por região: pólo sindical, associação regional, grupo de mulheres, MMR, Movimentos dos Sem-Teto e dos Sem-Terra, organizados por blocos nos territórios. E, com certeza, essa nossa ação coletiva diária permitiu a construção deste tempo de cidadania, de democracia e de participação popular que temos hoje. Trouxemos isso para a ordem do dia da política estadual e nacional.

Lembro-me muito bem de que definíamos nosso jeito de trabalhar, o pensamento que queríamos de uma sociedade brasileira, dizendo que queríamos desmanchar leis e fazer leis, ou seja, fazer um Estado que, de fato, servisse às nossas aspirações.

Então, acho que hoje e nestes dias em que estamos nesta Casa, com este debate, é um pouco disso. É uma história nossa que estamos construindo aqui. Alterando algumas leis, como a da assistência técnica, a da agricultura familiar, a da regulação do transporte alternativo, e todas elas foram feitas a muitas mãos, com a participação dos diversos segmentos organizados da sociedade.

E hoje, nestes dias em que a lei está tramitando aqui, a Lei nº 20.808/2014 é uma dessas experiências novas que estamos vivendo no Estado da Bahia. Tivemos a felicidade de o governador Jaques Wagner adotar como um princípio de trabalho, uma diretriz de trabalho, no seu planejamento de Estado, de governo. Antes, o secretário Zézeu, agora, o secretário Sérgio Gabrielli, todos deram uma força para esses coletivos se constituírem como unidade de planejamento e de pensamento, o que veio trazer para nós essa lei que ora tramita nesta Casa.

Portanto, parabéns a todos que acreditam nesse modelo, vamos seguir juntos, vamos fazer a nossa trajetória seguir em frente. E é com essas palavras que saúdo a todos os presentes. Quero passar a palavra para o primeiro debatedor desta sessão, o Sr. Humberto Oliveira que pode usar a tribuna da Casa.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Com a palavra o Sr. Humberto Oliveira.

O Sr. HUMBERTO OLIVEIRA:- Boa-tarde a todas as pessoas presentes. Quero agradecer a deputada Fátima Nunes pelo convite e dizer da satisfação de estar aqui neste momento em que vocês começam a discutir o marco legal da política de desenvolvimento territorial no Estado da Bahia.

Usarei esse espaço muito mais para reforçar a importância de ter uma legislação no Estado da Bahia que possa ajudar a consolidar essa política que já vem sendo realizada há pelo menos 10 anos no Brasil e também no Estado da Bahia e que nos últimos 08 anos, no governo Jaques Wagner, foi adotada como uma política de governo. Nós não podemos perder a oportunidade de transformar essa política de governo numa política pública, numa política de Estado, numa política que possa estar amparada por uma lei que assegure a continuidade dessa trajetória de

desenvolvimento territorial na Bahia.

Quero dizer que esta Casa está atendida com o que há de mais atual e moderno em termos de debate sobre desenvolvimento rural no mundo. O mundo inteiro está revendo conceitos sobre desenvolvimento rural. Não é só no Brasil que está ocorrendo isso. Tenho acompanhado, ultimamente, algumas experiências na América Latina. Mas a Europa também está fazendo essas mudanças nas suas legislações, e neste século. Já agora em 2005 a Espanha fez; em 2004 a França, a Inglaterra têm modificado suas leis de desenvolvimento rural porque entramos no século XXI com um novo conceito, com um novo papel do rural no mundo, nos países. E isso a política de desenvolvimento territorial tem ajudado a dar visibilidade.

As políticas de desenvolvimento rural que estão sendo formuladas em todos esses países têm um enfoque territorial, ou seja, o que estamos fazendo hoje, aqui, discutindo uma legislação, é uma legislação que vários países estão adotando. Vou dar um exemplo que tenho acompanhado e que, de certa forma, tem a colaboração da Bahia. Além desses da Europa que já mencionei.

Ultimamente temos assistido a mudanças nos países latino-americanos, principalmente na América Central. E aqui não só eu, pessoalmente, tive oportunidade de assistir, mas está aqui também o Mazinho, que já foi várias vezes a El Salvador, a Costa Rica; a irmã Cecília, nossa prefeita, que foi a Costa Rica para fazer uma reunião, disse-me ela, e acabou fazendo 6 reuniões com ministros de estado naquele país. É um país pequeno, evidentemente, muito menor que a Bahia – nem se compara ao Brasil. Mas um país que criou a sua lei de desenvolvimento rural. E a irmã Cecília chegou exatamente num momento semelhante a esse que estamos vivendo agora. No momento em que o governo estava apresentando ao congresso daquele país a lei de desenvolvimento rural com enfoque territorial.

Quero dar a notícia, irmã Cecília, de que lá a lei não só foi aprovada como já está sendo implementada através do Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural. Criaram um instituto para essa finalidade e hoje têm um governo eleito que assumiu também pensando que esse não é só um tema em si, mas um tema do país. E é isso que queria trazer como reflexão da importância de ter uma lei que regulamente, que dê o marco orientador legal de uma política de desenvolvimento territorial.

Nós precisamos dar visibilidade a esse tema da ruralidade no Brasil e num Estado como a Bahia, que é um Estado ainda rural. Nós temos que ter coragem de dizer isso, porque nós precisamos fazer as pessoas entender que o conceito de rural não é sinônimo de atraso. Ser um Estado rural é ser um Estado que ainda preserva muito a cultura que vem do campo, que vem das pessoas que fizeram a história desse Estado.

Esse Estado é um Estado rural, porque tem vários dos seus territórios, aqui está dividido em 27 territórios, já oficialmente, e na sua grande maioria, talvez 26 deles, sejam territórios rurais, essencialmente, tendo aqui um território metropolitano e outros territórios rurais com cidades grandes, como Feira de Santana, Vitória da Conquista, Ilhéus, Itabuna e outras que são cidades de grande porte, mas situadas dentro de territórios com características rurais, onde a maioria dos seus municípios

são rurais.

Essa questão da ruralidade é tão importante hoje para nós que a primeira coisa que nós temos que fazer é repensar o tamanho do rural brasileiro e o tamanho do rural em cada um dos nossos Estados. Em pesquisa recente nós confirmamos que o rural brasileiro corresponde a 37% da população do Brasil, 37% é mais de 1/3 da população do Brasil, porque rural não é agricultura, rural não é campo, rural é mais do que isso, rural é um modo territorial de vida.

Esse é o conceito que nós estamos querendo reapresentar. Sendo um modo territorial de vida o rural deve ser tratado na sua multidimensionalidade, ou seja, ele tem uma importância na questão ambiental, ele tem uma importância na questão econômica, que não é só produção agrícola. Hoje o rural, e o rural da Bahia é um exemplo disso, de que se tem, além do setor primário presente na economia desses territórios, nós temos já muitas indústrias, temos serviços presentes nesses territórios. Portanto, tem uma dimensionalidade econômica que não é só agrícola e nem é só limitada ao setor primário, senão mais abrangente.

Nós temos uma dimensão cultural fundamentalmente importante, e aqui eu quero parabenizar o Estado da Bahia, mais uma vez, pelo pioneirismo da Secretaria de Cultura, que trata esse tema da cultura nos territórios. Eu digo que a cultura é a massa que dá a identidade desses territórios, é ela que revela o que é cada um desses territórios do Estado da Bahia. Tem o seu aspecto social, não só social do ponto de vista de entender a pobreza, de entender as pessoas que vivem naquele lugar, mas, inclusive, a distribuição espacial da população, que nós pretendemos que se vá modificando, porque já chega. Salvador já é grande demais como município, não queremos o povo todo da Bahia morando numa cidade só, ou em 5, 6 cidades. É importante ter esse papel da distribuição espacial nos 26 territórios, não só no território metropolitano.

Eu ainda diria que tem um papel político institucional importante, que é uma dimensão política institucional, sobretudo aí, algo que nós não temos dado um tratamento muito adequado ainda a esse tema, que é a relação entre desenvolvimento territorial e municipalismo.

Eu digo que essa agenda que nós estamos discutindo aqui, ela é a favor do municipalismo, não do municipalismo individualista de que cada município tem que se relacionar com os outros entes federativos de forma isolada e individual, mas de um municipalismo que pode levar que um conjunto de municípios se fortaleça na relação com os outros entes federados, sobretudo quando a gente está tratando de municípios rurais, de pequenos municípios que estão lá no interior do nosso Estado e que foram esquecidos, deixados de lado na hora da distribuição dos orçamentos, na hora das priorizações das políticas públicas.

Essa agenda dialoga com a agenda municipalista, e nós, no meu entender, precisávamos ganhar os prefeitos para esta agenda de desenvolvimento territorial. O desenvolvimento territorial não concorre com o município, ele fortalece os municípios.

Para um prefeito ser tratado adequadamente como um gestor de política

pública aqui, pelo governo do Estado, ou na União, pelo governo federal, em Brasília, ele precisa ter força política, precisa agregar um certo conjunto da população para dizer da sua importância. Isso faz um prefeito de Salvador, de São Paulo, do Rio de Janeiro, de uma capital: ele chega e é recebido pela presidenta da República.

Um prefeito de Paripiranga, de Adustina, em homenagem à nossa deputada, da minha região da Bahia, que é a região Nordeste, chega a Brasília e não vai ser recebido nem pela presidenta, nem pelo ministro, nem pelo secretário, talvez por um diretor ou um coordenador.

Não é porque as pessoas queiram desprezar esse prefeito, é porque são 5.500 no Brasil. São mais de 400 no Estado da Bahia. Eles precisam chegar organizados como um território para dialogar projetos estruturantes, estratégicos do seu território. Aí, eles terão a mesma importância que um prefeito de capital ou de uma área metropolitana.

Por isso digo que precisamos trazer os prefeitos para esta agenda do desenvolvimento territorial.

Quero dizer, aqui, para vocês, o que já sabem muito bem, mas que preciso reforçar, da importância de se ter uma política de desenvolvimento territorial, pelo fato de trazer a sociedade civil para perto das decisões do governo. Esse é um grande avanço das sociedades modernas, dos governos.

Quem achar que vai ter governo sem participação social vai perder feio em qualquer eleição do seu município, seu estado, para presidente da República. Porque as sociedades exigem, hoje, uma participação fundamental na discussão, no debate sobre o seu futuro, sobre a aplicação dos recursos, sobre a definição de prioridades. Resguardado todo o papel que têm as Casas Legislativas estaduais, municipais e federais. É um papel complementar, que amplia a experiência democrática dos nossos estados, do nosso País.

A presidenta Dilma acaba de assinar um decreto que cria o sistema de participação social, que normatiza algo que já vem acontecendo no Brasil há mais de 20 anos em nossa sociedade. Isso tem que ser recebido pela sociedade civil, que deve apegar-se a isso.

E o que estamos propondo aqui é justamente a institucionalização de uma participação social fundamental para os territórios. E isso, essa participação social, não é inimiga dos governos. Ela é a favor dos governos. Quem mais conhece a realidade do povo do seu município são as pessoas que estão lá, no sindicato, nas cooperativas, nas associações, no dia a dia com a população, e que podem ajudar os governos a entender as prioridades dos investimentos estaduais.

Então, penso que essa lei pode ajudar aqui na hora em que define o papel dos conselhos estaduais, dos colegiados territoriais, ampliando e dialogando, nesse decreto da Presidência da República, que, exatamente, cria esse sistema de participação social no Brasil. Além do mais, estamos vendo que a Bahia tem sido uma referência. E, aqui, saúdo o secretário do Planejamento, dizendo: que bom que a Bahia é uma referência no País na política de desenvolvimento territorial. Embora saiba que precisamos avançar muito mais, precisamos melhorar a forma de encontrar

as institucionalidades adequadas, mas os próprios instrumentos e metodologias precisam ser renovados.

Entramos no Século XXI com a cabeça do Século XX, muitas vezes. Como tenho andado por aí, tenho conversado com muitos governos. Ora, se queremos fazer participação social...

Às vezes sou um consultor um tanto abusado. Na Costa Rica, cheguei e disse: “Olha, se vocês estão dizendo que a sociedade civil vai participar, e já estou há mais de 1 ano aqui e nunca vi a sociedade civil, da próxima vez só venho se tiver sociedade civil. Não estou dizendo isso para vocês me deixarem desempregados, mas para vocês entenderem que participação social não ocorre *a posteriori*.”

Não podemos pensar numa preparação para que a sociedade civil um dia participe sem que a gente discuta com ela a criação da própria política.

Portanto, essa iniciativa do governo do Estado recebida pela Assembleia Legislativa, mas com a participação social, já tem o desenho de que nós não estamos fazendo uma coisa para posteriormente a sociedade civil participar senão que vocês estão sendo protagonistas do momento da aprovação de uma lei que vem trazer benefícios para o povo da Bahia, para os territórios rurais do Estado da Bahia.

Então torço para que vocês consigam aprovar essa lei, não só para benefício do Estado da Bahia, mas para benefício dos territórios rurais de identidade do Brasil. Porque como vocês são referência e isentos, vocês têm a responsabilidade também de ajudar que outros Estados possam evoluir ao ponto de terem uma lei, de terem uma legislação, que possa regulamentar a participação social, que possa regulamentar o planejamento com base no debate feito nos territórios, nos colegiados territoriais envolvendo a população desses municípios que muitas vezes estão ausentes e excluídos do debate estadual e nacional. E, quem sabe, virão outros Estados aqui ver a experiência de vocês, multiplicar essa legislação para todos os Estados do Brasil e quem sabe futuramente possamos ter uma legislação nacional. Essa é uma diferença que tenho visto com os Estados centro-americanos, eles são muito legalistas do ponto de vista de que, não que não sejamos legalistas, mas eles têm, e aí a gente vai aprendendo a cultura governamental de cada país. Eles só fazem um programa quando têm uma lei, uma política, um plano, aí eles chegam ao programa ou ao projeto. Nós aqui não, acho que temos a vantagem brasileira de muitas vezes sermos mais criativos e estabelecemos um programa como o programa da agricultura familiar que demorou 20 anos, porque ele começou em 86 e a lei da agricultura familiar foi aprovada em 2006, 20 anos depois. Quer dizer, nós começamos com um programa de apoio a agricultura familiar, a lei veio depois. Acho que isso tem a vantagem do aprendizado e do acúmulo e nós aqui já estamos há 10 anos com a política de desenvolvimento territorial no Brasil e na Bahia. Acho que temos acúmulo para aprovar uma lei que agora, definitivamente, possa consolidar a política de desenvolvimento territorial nesse Estado.

Obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Muito obrigada, Humberto. Ninguém sabia que ele era meu conterrâneo, mas ele revelou que é lá de Conceição de Campinas, popularmente chamado Saco, do Saco para o mundo.

Agora vamos ouvir o nosso companheiro Mazinho, coordenador da Rede Nacional do Colegiado Territorial. (Palmas)

O Sr. MAZINHO:- Boa-tarde a todos.

Para ganhar tempo, vou cumprimentar os componentes da Mesa na pessoa da deputada Fátima Nunes, a quem já aproveito para agradecer em nome da Rede Nacional de Colegiados Territoriais pelo abrigo que deu à política nesta Casa Legislativa. É importante para nós esse espaço para o aprofundamento, não só do projeto de lei, mas o aprofundamento do debate para entender essa lógica que, como Humberto acabou de colocar, dialoga com o futuro do nosso País, não é um programa, uma política, só para o rural. E isso o nosso governador Jaques Wagner, desde o primeiro momento, entendeu. E, para nossa felicidade, nós estamos experimentando, construindo e vivendo esse momento de amadurecimento no momento em que discutimos o projeto de lei de que nós, na verdade, temos nas mãos um instrumento que responde aos anseios que a sociedade, ao longo dos anos do amadurecimento dessa democracia jovem do Brasil, tem solicitado. Ela guarda e traz no seu bojo elementos que respondem à demanda da sociedade.

Eu combinei com minha companheira Rosana, porque eu estou aqui na condição de representante do Estado, sendo do território, mas estamos na condição da rede nacional e aí combinamos o jogo para poder, com mais detalhes com relação à realidade baiana e do projeto de lei, ser tratado por ela, e eu vou tratar rapidamente de alguns pontos que são interessantes.

Primeiro, não deixar de registrar, porque uma das coisas que traz a política territorial é trabalhar as dimensões. E aí hoje, Dia Internacional do Meio Ambiente, nós temos que estar salvando essa questão, porque a territorialidade defende a questão do ambiente, da dimensão ambiental. Para a gente não há desenvolvimento sustentável desrespeitando o meio ambiente. (Palmas) Então, eu quero salvar para nós todos esse dia, que a gente sabe que é simbólico, ambiente existe todos os dias, mas nós precisamos ressaltar essa importância. E a política territorial traz isso no seu bojo, a dimensão ambiental é importante para a gente, é importante que os projetos sejam sustentáveis.

Falar também disso que Humberto tocou, e que é uma situação *sine qua non* para o desenvolvimento territorial, e que nós, todos, temos que estar atentos e atentas. Não existe política territorial sem democracia; não existe política territorial sem um governo comprometido, e isso o governo Jaques Wagner tem demonstrado desde o primeiro momento, desde a transição, quando nós começamos esse projeto, em junho de 2003, e nós tivemos dificuldades de avançar até 2006. A partir de 2007 nós tivemos, não só o governo abraçando essa política, mergulhando, aprendendo junto, porque é um desafio, é um novo paradigma, mas mergulhou e trouxe a política territorial, enxergou na política territorial uma dessas respostas que o povo sempre procurou.

Nós queremos participar, e nós queremos fazer um planejamento participativo, nós queremos que o futuro nosso, que vai estar no PPA, que nós também possamos dar o nosso “pitaco” e o nosso dedo. E aí, em que pese, na Bahia, desde 2002 já existia uma lei que dizia que o planejamento tinha que ser feito de forma participativa, e nunca tinha sido colocado na prática, é uma lei desta Assembleia Legislativa, nunca tinha sido colocada na prática, mesmo sem recursos, mesmo sem uma ação pensada anteriormente, porque o primeiro ano, de 2007, era do PPA anterior, o governador não mediu esforços e fez o PPA participativo. Nós andamos toda essa Bahia, fomos em todos os territórios, e o primeiro PPA do governo Wagner foi feito olhando já a realidade dos territórios, as especificidades dos territórios. Então, quero deixar para o nosso Secretário José Sérgio Gabrieli, que representa também o governador Jaques Wagner, o nosso agradecimento, porque sem esse espírito, sem esse pensamento democrático nós não teríamos alcançado esse momento, aqui, agora, de estar na Assembleia Legislativa do Estado discutindo o marco legal da política territorial, que, bem disse Humberto, no Brasil inteiro só nós estamos nesse ponto. E que a Bahia possa inspirar o Brasil para que mais estados possam ir nessa mesma direção.

A outra questão é com relação ao alcance dessa proposta. Nós não estamos construindo qualquer coisa. De 19 a 22, aqui na Bahia, nós reunimos 410 delegados e delegadas no *Em Rede Nacional*, o Encontro Nacional dos Colegiados. Nós somos hoje, no Brasil, 256 colegiados territoriais, alcançando, Humberto, quase 4 mil municípios, dos 5.577 municípios existentes no Brasil, já atingindo municípios integrados nessa lógica de território, quase 4 mil municípios. Nós temos aí quase 18 mil entidades, nesses 256 colegiados territoriais, entidades da sociedade civil e do Poder Público, emanados, discutindo essa questão.

Nós temos 26 redes estaduais, esses colegiados estão organizados nessas redes estaduais, fazendo todo tipo de câmara técnica que vocês pensarem, é uma diversidade. Ou seja, esse Brasil, que a partir de 2003, foi descoberto, redescoberto, que estava encoberto, que tem pessoas com deficiência, que tem marisqueiras, ribeirinhos, assentados, acampados, sem tetos, seringueiros, ciganos, pescadores artesanais, pescadores avicultores, tem essa diversidade. A partir de 2013 ele foi redescoberto e esse povo disse: “eu quero ter vez e voz.” Essa rede hoje dá abrigo a toda essa diversidade e a todas as especificidades.

O que nós estamos fazendo aqui hoje, esse passo que estamos dando é um passo de algo muito grande que está sendo construído. A Bahia lidera, o governo mandando um projeto de lei e esta Casa, tenho certeza que vai aprovar, vai dar um outro passo no sentido de fortalecer essa grandiosidade que estamos construindo no País.

O momento pelo qual o Brasil está passando, eu, na sexta-feira seguinte, em rede nacional, fui a Brasília participar da arena social em que o compromisso nacional pela participação nacional foi apresentado, compromisso esse que a rede nacional já abraçou. Vou ter uma reunião, semana que vem, na secretaria-geral da presidência para fazer uma parceria para que todos os colegiados, atuando junto às

suas prefeituras, para que cada prefeito ou prefeita assinem a adesão ao sistema de participação social. Chega de conversa, no Brasil, de dizer que é democrático, que é participativo e na hora do vamos ver corre fora. Quem não assinar é inimigo da participação social e quem assinar é amigo da participação social. Chega de conversa de que sou amigo, mas na hora do vamos ver, corre.

Nós vamos para cima, vamos fazer uma ampla mobilização no Brasil para poder fazer valer. Vimos, na semana passada, que alguns que não querem isso, dizem que a presidente está querendo dar um golpe nas instituições do País. Não tem golpe nenhum. Humberto colocou, quando estamos aqui na Assembleia discutindo com os deputados estamos aprofundando a democracia participativa, que emergiu da Constituição de 88 dizendo que nós temos que descer ao local, temos que ir aos municípios, temos que ver as especificidades. Não vamos ter um Brasil forte e feliz com as pessoas sem comer, não vamos ter um Brasil forte e feliz com as pessoas sem suas demandas atendidas.

Então, como é que o Brasil, onde as cidades foram mal planejadas e as pessoas com deficiência não têm acessibilidade, vai ser um país feliz? Nunca. Se não ampliarmos os nossos olhos para essas questões não vamos para frente. Então, estamos de olho nisso. Isso aqui dialoga com esse momento. Essa política que a Assembleia está tratando dialoga com esse momento da participação social, fortalece esse viés e nós, daqui da Bahia, temos que dar esse grito para o Brasil. Não aceitamos recuar, é daqui para mais, é daqui para frente, é daqui para aprofundar.

Humberto tocou num assunto que aprendemos ao longo desses 10 anos. E discutimos isso naquele evento de 2010, quando você era secretário de Desenvolvimento Territorial, em Brasília, vimos que a professora Leonilde, do CPDA do Rio de Janeiro, dizia que a lei do mesmo jeito que ela pode assegurar, também se for mal discutida, ela aprisiona. Então, se acharmos que correr para fazer uma lei é que garante a política, podemos nos equivocar, podemos nos precipitar e depois para mudar vai dar trabalho.

Em 2010, discutimos com o governo do Estado que estava na hora de darmos um passo à frente e se discutia por um projeto de lei ou um decreto. Não pestanejamos. Viemos daquele encontro e dissemos: decreto. Precisamos vivenciar a lei para depois dar o passo seguinte. Então, saímos de um programa que o governo lançou e viemos para um decreto em 2010. Agora estamos dando um passo seguro, cientes de onde estamos caminhando e para onde estamos indo. Há coisas que precisamos ajustar no projeto de lei, achamos que sim, mas temos a segurança de que o escopo é esse. Estamos caminhando na direção certa e a trajetória dessa construção vai nessa direção com segurança.

E, para finalizar, outra coisa que eu estava vendo e acompanhando, lá em Brasília, é que precisamos dar um recado claro. O Congresso Nacional e acho que esta Assembleia também começam a discutir o orçamento impositivo. O governo tem que cumprir as emendas que o deputado faz, mas os deputados federais, os senadores e a Assembleia Legislativa da Bahia têm que discutir esses orçamentos e essas emendas com o povo. Não pode ser deslocada. É isso que estamos dizendo que a

política territorial traz. Ou seja, orçamento, planejamento e aprovação têm de ser, sim, aquilo que nós discutimos e aquilo que nós planejamos para ser executado, desde que tenha sido planejado com todos.

Nós não podemos mais conviver neste País com as velhas histórias que vivemos no passado como, por exemplo, botar casa de farinha onde não há nenhuma maníba plantada; botar a casa de beneficiamento de mel onde não há nenhum apicultor.

Nós não podemos ter esses investimentos como instrumento de avanço na política. Essas coisas têm de vir naquilo que aprendemos no dia a dia, dentro da cadeia produtiva e dentro das bases sustentáveis, para que esses implementos e esses investimentos possam produzir os seus efeitos.

E que efeitos são esses? Diminuir a pobreza, diminuir a necessidade do Bolsa Família, pois, hoje, ainda é uma realidade mas vem-se superando. As portas de saída, que nós chamamos, são para que as pessoas possam ter acesso à terra e fazer reforma agrária. Há de se desconcentrar a riqueza, pois, desde o início deste País, através das capitânias hereditárias e das sesmarias, a riqueza vem sendo concentrada.

Nós precisamos romper esses lacres. Nós precisamos quebrar essas barreiras. E é isso que estamos vivendo. Ou seja, nós queremos continuar, Sérgio, no próximo governo, fazendo o orçamento participativo e tendo um conselho de acompanhamento do PPA. Nós queremos ter os diálogos territoriais como estamos fazendo. E queremos ver os índices da Bahia mudando como vêm mudando no governo que aí está.

Obrigado. (Muitas palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Muito bem, companheiro Mazinho. Quero registrar as presenças das entidades e das pessoas a seguir: a Coordenação de Articulação e Monitoramento da Casa Civil; o Movimento dos Sem Teto de Salvador; o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Amaro; a Prefeitura de Itagi; o representante da Prefeitura de Itiúba, a Prefeitura de Ubaíra; a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia; o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher; o representante da Infraero; a Coordenação dos Fóruns de Gestores Federais da Bahia; a Associação Reciclando para a Cidadania; a Associação Cultural e Esportiva Bola no pé livro na mão; o Conselho Municipal de Segurança Pública; o Grupo de Segurança Alimentar e Nutricional; a Cooperativa da Cajucultura Familiar do Nordeste da Bahia – Cooperacaju –, pois está ali o nosso Negão, Roberto; o Grupo Ecológico do Jequitibá; a Congregação do Divino Mestre; o Movimento Focolares da Igreja; o Movimento de Luta Pela Terra e a Cooperativa dos Irrigantes de Canudos. Interessante, Canudos é território da Bacia do Vaza-Barris e faz parte do território do São Francisco, ou seja, é a simbologia do pertencimento.

Há os representantes dos Território do Médio Sudoeste da Bahia; Colegiado do Territorial do Piemonte do Paraguaçu; Território do Extremo Sul; Território Metropolitano de Salvador; Território do Semiárido do Nordeste II; Território do

Médio Rio de Contas; Território do Litoral Norte e Território do Recôncavo.

Aqui, temos membros do colegiado, aqueles que são espontâneos, voluntários, representantes da sociedade civil e representantes dos governos municipais, estaduais ou federais. Temos, também, os agentes dos territórios que são chamado ABT, que é um modelo novo de ter o funcionário do Estado que mora, trabalha, vive, lá, no território, articulando todas as políticas que acontecem. Temos, também, aqui, o vice-prefeito de Barra do Rocha, Valdir da CUT, como é conhecido e a ex-vice-prefeita Neide, também, de Pedrão, território agreste de Alagoinhas.

Se há mais alguma autoridade e pessoas de algum órgão público, por acaso, não registradas por mim, dirijam-se ao nosso Cerimonial, pois, nem sempre, consegue-se captar todos ao mesmo tempo. As pessoas interessadas podem se apresentar à nossa companheira Lady – já conhecida por todos, que é do Território do Semiárido Nordeste II – para podermos registrar. É muito importante as presenças de todos e de todas aqui.

Passarei a palavra ao diretor de Territorialização de Cultura da Secretaria da Cultura do Estado da Bahia, representando o secretário, Antônio Albino.

Com a palavra Sandro Magalhães. (Palmas)

O Sr. SANDRO MAGALHÃES:- Boa-tarde a todas as pessoas presentes. Quero saudar em especial aos membros dos colegiados presentes, saudar os colegas gestores estaduais que militam na área da política territorial e, claro, saudar também à deputada Fátima Nunes pela iniciativa muito importante, e a presença do secretário do Planejamento, José Sérgio Gabrielli.

Em nome do secretário Albino Rubim, estamos presentes a esta sessão para reforçar a ideia de que a Secretaria da Cultura do Estado da Bahia adota essa política da territorialidade nas suas ações, nos seus projetos, criando a Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Cultura, onde temos uma Diretoria de Territorialização que mantêm 27 representantes territoriais em todos os territórios estabelecidos como unidade de planejamento do governo da Bahia.

E é óbvio que nos colocamos à disposição, os nossos servidores, a Superintendência e a nossa secretaria para discutir essa política de territorialidade, este marco legal e, obviamente, discutir junto à sociedade civil e aos colegiados o nosso papel, o papel do Estado, o papel junto com os colegiados, e o papel da construção dessa política que atende muito bem, que tem dialogado, porque, de fato, conseguimos descentralizar muito os recursos investidos na cultura na Bahia.

Hoje, temos 347 pontos de cultura. Esse é um exemplo que adotamos, dividimos e codificamos por território esses pontos de cultura. Então, todos os territórios baianos são atendidos por pontos de cultura, pontos de leitura, pelo representante territorial. E várias ações definimos como importantes para os territórios.

O diálogo já acontece com a Seplan. Queremos ampliá-lo e, obviamente, também ampliar o diálogo da Secretaria da Cultura com os colegiados territoriais, através da criação das câmaras temáticas de cultura dos colegiados, que é uma tarefa muito importante dos representantes territoriais que atuam nos territórios baianos.

Então, estou completamente à disposição, em nome do secretário Albino Rubim. Muito obrigado. (Palmas.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Muito obrigada, Sandro.
(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Com a palavra Rosana Vieira, coordenadora estadual dos Territórios do Estado da Bahia.

Antes de Rosana iniciar sua fala, quero registrar a presença de Luís Orleans, representando o mandato do senador Walter Pinheiro. (Palmas)

A Sr^a ROSANA VIEIRA:- Boa-tarde a todas e todos.

Quero saudar, primeiramente, todos os colegiados aqui presentes, pois sabemos que a luta é grande e árdua; saudar a deputada Fátima, por ter incorporado a política territorial e ter proposto esta sessão especial. Isso é muito bom, principalmente por ser no Dia do Meio Ambiente. É sinal de que estamos dialogando com todas as diversidades em que o meio ambiente está constituído; saudar o Sr. Sérgio Gabrielli, representante do governador do Estado da Bahia; e dizer: Uau! Estamos aqui. Que bom que estamos aqui. Afinal de contas, cada um e cada uma participou de todo esse processo, que não é de agora. Como foi relatado por Mazinho e por Humberto, esse é um diálogo que está sendo construído com a sociedade civil desde 2003.

Então, aos representantes do poder público aqui presentes, aos representantes da sociedade civil, a todos e todas nós, que bom que estamos aqui, juntos, dentro da Casa do Povo, para discutir algo que é nosso, que é construído por nós.

A CET - Coordenação Estadual dos Territórios, vem nessa discussão e construção em conjunto com os colegiados. Nisso percebemos a importância de se estabelecer um diálogo cada vez mais próximo com o poder público.

E nisso trazemos também toda a dinâmica que já vem ocorrendo, a partir de 2003, principalmente com a entrada do governo Wagner, em 2008, quando passamos a ter nossa primeira mobilização para que o PPA, plano plurianual do governo do Estado entrasse em diálogo com todos nós, dentro dos territórios. Aí, sim, começou essa conversa territorial, porque até então havia os territórios de cidadania no Estado da Bahia, que não contemplavam todo o Estado.

O bom disso tudo é que a nossa participação social começou realmente a ser ouvida, participamos das escutas e, principalmente, começamos a falar. Essa fala, a cada dia que passa, cresce mais, com todas as nossas dificuldades, mas cresce e se estabelece. Hoje, quando chegamos na Assembleia Legislativa, para discutir um projeto de lei que não é o que a gente quer, definitivamente, mas é o que temos, é o que precisamos dialogar, aprimorar e principalmente perceber que tem de atender a todos nós, é um passo importante dado para que a política territorial, enfim, se consolide aqui no Estado da Bahia. A Bahia que, com o decorrer do tempo, é sim, Humberto, um dos Estados mais avançados, mas queremos mais. A nossa participação social quer mais e quer muito mais mesmo, porque precisamos e merecemos que isso seja consolidado de fato e de vez aqui na Bahia.

É um modelo avançado, mas não é o único. Quando dizemos que a Bahia está

sendo referência para outro Estado, queremos que o nosso projeto de lei também seja referência para outros Estados. Até nisso temos a capacidade necessária, porque conseguimos dialogar com todos os setores e todos os entes do município, do Estado, do território, e a participação social está conseguindo dialogar diretamente com o governo do Estado, isso na pessoa do secretário Sérgio Gabrielli, que, no mínimo, tem escutado e tentado, na medida do possível, fazer com que nossas demandas sejam atendidas.

Isso tudo é só mais um degrau no nosso crescimento para que a política territorial realmente seja colocada em prática. Hoje é só mais um dia de discussão, porque acreditamos que esse projeto de lei que foi trazido para a Assembleia também não é, Fátima, só isso que queremos. Queremos que nossas emendas sejam escutadas, que as nossas demandas sejam ouvidas e, principalmente, que todos incorporem a política territorial. Que esse passo que damos aqui hoje seja mais um para servir de exemplo para todos que estão discutindo a política territorial no Brasil.

O projeto de lei territorial é esse passo... Falamos sempre em passo porque tudo é com o passar do tempo, tudo é um degrau, tudo é uma construção, mas precisamos efetivar essa construção agora. Para que ela seja efetivada de fato, é necessário que os nossos deputados e deputadas se interessem de verdade pela política territorial. Não é só o governo em si, mas todos e todas nós.

Sinto muito que essa plenária não esteja com nossos deputados e deputadas, porque fomos nós que os colocamos aqui para nos ouvir, e hoje eles não estão ouvindo a política territorial. Mas todos nós estamos fazendo a discussão territorial dentro dos nossos territórios. Estamos percebendo mais ainda, que os territórios não são só os 27, é o Estado da Bahia todo, é o Brasil inteiro.

Vamos à luta e vamos continuar lutando pela política territorial. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Muito bem, Rosana. É assim que construímos este Estado da Bahia.

Estou alternando a sociedade civil e o poder público. Agora vamos convidar para fazer uso da palavra o nosso diretor de desenvolvimento territorial, representante da Superintendência da Agricultura Familiar, Dr Ivan Leite. (palmas)

O Sr. IVAN LEITE:- Boa-tarde a todos e todas. Quero cumprimentar os colegiados territoriais que estão presentes aqui. Vocês são protagonistas desse processo de discussão e vêm exercitando esse processo democrático que a Bahia e o Brasil está vivendo. Cumprimento também os membros de governo que dialogam e são entusiastas desse processo territorial, cumprimentar a deputada Fátima Nunes, que honra a boa política. O seu mandato é um exemplo de como fazer essa boa política, deputada, sempre dialogando e colocando o mandato à disposição das causas que valem a pena. Quero cumprimentar também o secretário José Sérgio Gabrielli, pela sua competência e pelo seu compromisso com as causas que dizem respeito à Bahia, os demais membros da Mesa, pela iniciativa, e Humberto. A sua vinda à Bahia, Humberto, sempre nos alegra bastante, pela contribuição que você deu e tem

dado a essa temática do desenvolvimento territorial.

Quero, rapidamente, dizer que estamos vivendo um momento bastante histórico – isso já foi ressaltado pelos que me antecederam. Não estamos, aqui, ainda consolidando a estratégia do desenvolvimento territorial, mas a caminho de consolidar a base legal que dará um grande avanço para que possamos ter essa estratégia devidamente colocada nos processos de desenvolvimento e nos processos de concepção e de implementação das políticas públicas. Esse, sim, eu diria, é um passo fundamental para, quem sabe, consolidarmos esse esforço e essa iniciativa.

A gente já vem caminhando há 10 anos. Tivemos momentos mais duros, em que tínhamos um interesse menor do governo do Estado em abrir os seus processos, em abrir suas ações para uma abordagem que, essencialmente, contempla a participação da sociedade. Então, já tivemos momentos mais difíceis, e eu diria, hoje, que o que precisamos é aproximar e azeitar bem mais essa relação entre a sociedade e o governo, porque todos nós queremos chegar ao mesmo caminho, que é aprofundar no Estado da Bahia, um Estado marcado por um processo de pouca participação e de pouca democracia... Então, nós estamos deixando uma marca na história da Bahia, que é, definitivamente, construir as bases para que tenhamos uma representação participativa, que, inclusive, deve ser o anseio de todos.

Esse projeto de lei que chega a Assembleia Legislativa tem, exatamente, esse papel de ordenar essa relação. Eu diria que o que temos de fazer, daqui para frente, é qualificar esse projeto de lei. Deputada, espero que tenhamos a sorte de tê-la como relatora desse projeto de lei. Acho que a tarefa da Assembleia Legislativa, com a participação de todos, é tentar qualificar ainda mais esse projeto de lei, porque, eu diria, ele é a grande base jurídica que estabelecerá as relações dos territórios, dos colegiados e do Conselho Territorial de Desenvolvimento Social com as representações governamentais.

Os que me antecederam já disseram: a Bahia tem a obrigação de avançar e de aprofundar ainda mais essa estratégia de desenvolvimento territorial. Nós temos muito ainda que ensinar ao Brasil, nós temos muito ainda o que ensinar ao mundo no que diz respeito ao aprofundamento dessa estratégia. Como Humberto colocou, essa é a ação mais avançada que temos, no sentido de aprofundar a democracia e o debate sobre as políticas públicas. Precisamos ampliar todos os mecanismos possíveis, para que possamos consolidar a participação social. Esse é o grande legado do governo Jaques Wagner, esse é o grande legado do governo Lula e esse será o grande legado do governo da presidente Dilma Rousseff.

Nós estamos num momento de transição, e nada mais estratégico do que votarmos e colocarmos em funcionamento um projeto de lei que consolida definitivamente a abordagem territorial como uma estratégia de desenvolvimento do Estado da Bahia, uma Bahia grande, diversa e complexa que precisa, cada vez mais, de mecanismos que possam aprofundar e trazer os anseios e os desejos da população que, muitas vezes, está distante da capital, do centro do poder.

Por fim, para que possamos permitir um debate maior sobre o tema, queria dizer que temos de aproveitar este momento, em que o projeto de lei se encontra na

Assembleia Legislativa, para aprofundar o debate. Esta sessão especial é o momento de fazer isso, mas há uma ideia, deputada, de que possamos fazer audiências públicas, para que possamos permitir uma participação maior das pessoas que gostam e que militam no tema para que possamos, ainda mais, qualificar esse projeto de lei.

Agradeço pela oportunidade e ressalto que este é um momento histórico e bastante promissor. Boa-tarde a vocês.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Obrigada, Ivan.
(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Estou passando a palavra rápido, de modo a permitir que o tempo possa ser usado por todos da Mesa.

Registro as presenças do território Litoral Sul, do território Vale do Jiquiriçá, do território de Vitória da Conquista, do território de Itaparica, do território do Sisal e do território do Baixo Sul, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Bahia, e de Washington Cerqueira, representante do Ministério da Agricultura-Ceplac.

Quero saudar os internautas que mandaram uma mensagem para nós. Eles estão acompanhando a nossa sessão, que é transmitida para o mundo. Estamos de parabéns porque já fomos anunciados e referendados como Estado-modelo, Estado-exemplo. Certamente, por esta razão, o mundo está nos olhando, além de nos olhar pela realização da Copa do Mundo. Quem disse que não haveria Copa do Mundo tomou um prejuízo, gastou muitas palavras vazias. Agora, a bola vai rolar e vamos ganhar, graças a Deus e à força do povo. (Palmas)

Com a palavra a ex-prefeita Cecília Petrina, representando a sociedade civil.

A Sr^a CECÍLIA PETRINA:- Cumprimento a Mesa na pessoa de José Sérgio Gabrielli, que representa o nosso governador e a secretaria onde acontece toda essa discussão de forma mais organizada sobre política territorial; o Legislativo e as mulheres, na pessoa da deputada Fátima Nunes, que conduz esta sessão; a sociedade civil, na pessoa de nossa companheira e guerreira Rosana, que é a coordenadora da CET no Estado da Bahia; os assentados e assentadas; as representações da sociedade civil; Paixão, companheiro do Território do Sisal, do assentamento Nova Vida. Ninguém faz nada sem paixão, portanto, Paixão, seja bem-vindo. Na sua pessoa, cumprimento todos os movimentos sociais e setores organizados da sociedade civil aqui presentes.

A lei resulta de uma série de práticas e de uma série de costumes. Hoje, temos uma alegria imensa em ver políticas públicas que nasceram em nosso colo e no bojo da sociedade civil organizada. Fomos fazendo e discutindo, naquele tempo em que não era possível ter políticas para aqueles que precisam ser incluídos; políticas para a área rural e políticas para a periferia urbana. Então discutíamos e exercitávamos uma série de práticas, mas não conseguíamos, nunca, que os governos abraçassem essa nossa prática, para fazer dela política pública para o povo brasileiro, para o povo baiano.

Hoje, temos essa alegria. Fomos praticando uma série de territorialidades da cultura, todo mundo fazendo forró, praticando uma série de manifestações culturais na agricultura familiar, na organização comunitária, na organização dos sindicatos.

Lembro-me, Humberto, de que, ao chegarmos ao hotel, em Stella Maris, para finalmente começarmos a discutir essas práticas territoriais como políticas de territorialidade institucionalizada – inclusive chegou um material, um mapa quase pronto –, os movimentos sociais tiveram um papel fundamental de mudar a forma de fazer, de preparar, de institucionalizar a prática territorial. Os mapas trazidos foram transformados em levantamentos, andanças pelo campo para organizar o rural brasileiro a partir dessas práticas espontâneas e esperançosas que tínhamos.

Então, do costume, das práticas, do sonho, nasceu a política territorial. Hoje, sabemos que é um grande risco ficar com programas, porque programas é de governo. Governo entra e sai, aquele que acredita vai desenvolver o programa, aquele que não acredita ou que é contra não vai manter o programa.

Então, aquilo que não emana da lei não tem sustentabilidade nem juridicidade para permanecer, seja qual for o governo. Foi por isso que nós das organizações sociais, dos setores organizados da sociedade, discutimos muito isso na SET, nos territórios, nos colegiados de que precisávamos urgentemente ter um marco legal, ou seja da juridicidade dessa política territorial para que ela seja sustentável e duradora.

Foram apresentadas propostas discutidas com a Secretaria de Planejamento, a SEPLAN, com a SET e finalmente veio um texto, que é o projeto de lei. E encontramos aqui uma mulher deputada, parlamentar que acredita nisso também, que veio justamente dessas práticas, hoje tem um bocado de sistemas por aí. Quem foi que inventou? Não foi Deus nem o governo, foi o povo.

Então, quero aqui dizer que estamos muito felizes porque estamos com esse marco legal dando juridicidade e sustentabilidade, durabilidade e esperança de melhorarmos cada dia mais as políticas que estamos implementando. Obrigada pela oportunidade e que sejamos felizes num Brasil territorializado e que nos organizemos. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr. PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Muito bem, prefeita Cecília. As coisas que temos hoje não caíram do céu prontas, não. Mas fizemos acontecer e continuamos fazendo muito mais.

Do projeto de lei que ora tramita na Casa, já fizemos cópia como uma panfletagem. Levamos de gabinete em gabinete junto com o convite da sessão de hoje. Na próxima semana durante as terças e quartas, que são os dias em que temos mais deputados aqui, iremos continuar conversando, debatendo. Já pedimos ao nosso Líder da Bancada do PT para receber os coordenadores da SET para escutar, ouvir, integrar um pouco mais a sua concepção sobre o projeto. E estaremos também levando-o para a Comissão de Constituição e Justiça, que é por lá que primeiro passa para ser discutido e aprovado. E nas outras comissões também.

Enquanto ele estiver tramitando na Casa qualquer um dos senhores ou das

senhoras que venham a Salvador não custa nada comigo ou com os meus assessores ou até por conta própria e espontânea visitar os gabinetes dos deputados, porque somos 63, e dizer: “ Olha, temos interesse que este projeto seja agilizado” e conversar com o nosso Líder do Governo Zé Neto, para que também em diálogo com o presidente da Casa possamos agilizar o máximo possível , porque todos nós sabemos que pelo Regimento temos um período de recesso e naturalmente também por conta do mês de junho, dos festejos juninos temos um recesso maior que começa agora a partir do dia 19.

Então, é importante estarmos atentos, participando. E vou fazer a cópia desta sessão, o vídeo e entregar de gabinete em gabinete para que todos os deputados conheçam a força, a expressão dos colegiados que vêm de todo o estado e do interesse que todos têm em transformar esse projeto em lei. E quanto mais divulgarmos e nos empenharmos , mais fácil será chamar a atenção dos demais deputados para que venham ao Plenário votar.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Gostaria de conceder a palavra ao prefeito Benone de Inhambupe, que é também um histórico desta caminhada dos territórios. Ele é da Bélgica mas, também, brasileiro e baiano. Ele recebeu o Título de Cidadão Baiano.

Espero que os que usam a palavra estejam dizendo todo o pensamento que o Plenário carrega consigo no dia a dia de luta.

O Sr. BENONE DE INHAMBUPE:- Bom-tarde a todos e a todas.

Fátima lembrou muito bem que, há dois anos, aqui, recebi o Título de Cidadão Baiano. Sou cidadão baiano além de ser brasileiro. De vez em quando, me perguntam de onde sou. Sou da Bélgica, pois nasci lá, mas já estou, há 40 anos, no Brasil. Então, tem muito tempo.

Humberto lembrou muito bem que a história dos territórios já faz 10 anos. Na nossa região de Alagoinhas, começamos logo este trabalho. E Mazinho é um dos que trabalhou bastante, além de sempre fazer reuniões mensais. No início, pensamos que tudo seria território, não só a parte rural mas incluindo, também, a educação e a saúde. Pensamos que tudo seria em nível de território. Pensamos que a “coisa” iria para frente.

Faltou muita paciência de nossa parte, porque víamos que o “carro” não estava andando tão ligeiro não. De vez em quando, perdíamos a paciência com isso. Mas aprendi, hoje, que tem coisas que não são só de dez, mas, também, de 20 anos. Não tenho muito mais paciência, porque o tempo está passando rápido. Já estou com mais de 70 anos. Quero ver as coisas realizadas.

Não sou assim de muito de blá-blá-blá. Mas quero os pés no chão e fazer as coisas acontecerem. (Palmas) Isso é uma característica dos belgas. O belga quer, na prática, fazer logo as coisas. Já os franceses são mais de blá-blá-blá. O belga ou, sobretudo, o flamengo tem mais os pés no chão. Entretanto, vejo as coisas andando, graças a Deus, devagarzinho, mas estão andando. Isso tem muito a ver com descentralização e, sobretudo, para um estado como a Bahia, do tamanho da França, é preciso descentralizar.

Não acho certo que todos os dias um ônibus venha e volte de Inhambupe para Salvador com dezenas de doentes. Isso não cabe, pois são 160 quilômetros de distância! E quem vem lá da terra de Itiúba que é mais longe ainda?

Temos de descentralizar e muito, por exemplo, a saúde. Temos de descentralizar tanta coisa, porque nem tudo pode depender de Salvador. Então a reivindicação tem muito a ver com a descentralização dos trabalhos e do poder. Tem muita coisa a ver com municipalização, como já foi falado aqui. Temos de valorizar mais os municípios.

Agora, como prefeito, no nosso território do Litoral Norte agreste baiano, estamos começando a trabalhar consórcios. Os prefeitos se alertam quando se fala em dinheiro. O povo fica assim... Isso é normal. Mas temos de trabalhar mais com os Poderes Executivo e Legislativo dos municípios com relação ao trabalho do território.

Serei breve, pois o tempo está passando. Espero que esta lei ajude para que, nos próximos 10 anos, este trabalho dos territórios seja concretizado cada vez melhor.

Muito obrigado. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Diz o ditado popular que “falou pouco, mas falou bonito”, pois fechou o assunto.

Com a palavra o delegado Wellington Rezende Hassegawa, da Delegacia Federal do MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário – no Estado da Bahia.

O Sr. WELLINGTON REZENDE HASSEGAWA:- Boa-tarde a todos e a todas. Quero cumprimentar a presidente desta sessão especial, deputada Fátima Nunes. Aqui, nós estamos registrando exatamente o que se busca no Estado brasileiro, construir marcos, que é construir marcos regulatórios para um novo Estado que vai ao encontro de tudo aquilo que a gente vem como onda revolucionária construindo. A mudança é desse Estado herdado. Então um Estado que garanta, de fato, direitos à parcela significativa da população que ficou alijada desse processo.

Este é mais um marco que garante esse modelo nessa visão de mundo que todos aqui nessa onda revolucionária em curso acreditam e vêm colocando suas vidas. Então, cumprimentar a deputada por estar, de certa forma, liderando esse processo nesta Casa Legislativa. Não é algo menor, é uma guerra de posição. A cada posição ganha é um marco que se coloca, é um avanço na sociedade para esse mundo que a gente constrói e acredita que é verdadeiro e que seja o mundo ideal.

Então, parabéns à senhora por somar suas energias, suas forças para esse mundo rural, para essa sociedade nova; ao Estado aqui presente porque é um parceiro. O Estado da Bahia tem sido um parceiro nessa construção de consolidação de políticas macros. A gente tem um ambiente federativo importante no Estado da Bahia.

O secretário José Sérgio está numa pasta importante, o meio, que constrói e consolida no conjunto das relações federativas programas estruturantes e importantes para a gente avançar nesse modelo de desenvolvimento que propúnhamos para o Brasil e para o rural brasileiro.

Quero cumprimentar, claro, Humberto Oliveira, ele e cada um de vocês aqui que têm a história dessa construção, quando esteve no Ministério de Desenvolvimento Agrário ajudou a consolidar esses marcos nacionais em relação à política de desenvolvimento territorial, construir a estratégia para avançar até onde chegamos neste momento, e há gente aí continuando esse processo com outros desafios.

Quero cumprimentar você, Humberto, por tudo que você construiu e vem construindo de onde está na atualidade. É um parceiro, é um colaborador inquestionável. E a cada um aqui, Mazinho, a Rosana, o Ivan, a irmã Cecília, que há pouco falou, a cada um de vocês o meu cumprimento. Eu não tenho tempo para falar, é um exercício muito forte falar em poucos minutos, mas é uma sessão de registro, de um avanço.

Quero dizer para vocês que no Ano Internacional da Agricultura Familiar, que é outro marco simbólico de conquista dos avanços que cada um de vocês, cada um de nós conseguiu acumular ao longo da história mais recente do Brasil, isso conseguiu ter visibilidade com esse marco da agricultura familiar, Ano Internacional da Agricultura Familiar. Isso porque conseguimos mostrar para o mundo que somos um novo paradigma, um paradigma de desenvolvimento sustentável em que a agricultura familiar está no centro da estratégia de segurança alimentar, de economia endógena, de economia interna se fortalecendo a partir dessas economias territoriais, regionais. Esse é o desafio desse novo Brasil, de avançar com soberania alimentar, continuar construindo um ambiente interno de mais emprego e distribuindo renda.

Esse é o ambiente do desafio para o novo modelo de desenvolvimento que demanda, sim, produção de alimento, mas sem avançar sobre os recursos de forma predatória. Esse é o nosso desafio de continuar produzindo com sustentabilidade e gerando riquezas e possibilidades de as nossas populações permanecerem no campo.

Então, eu queria dizer para vocês que o MDA, muito recentemente, para finalizar, está aí apoiando, mais uma vez, a consolidação dos colegiados territoriais, com essa chamada pública, agora lançada aí em parceria com o CNPQ, que é de consolidação de núcleo de extensão de desenvolvimento territorial. A parceria é com as universidades, com os institutos federais, selecionando núcleos a partir de professores antenados, afinados com a política de desenvolvimento territorial, para apoiar os colegiados na parte de gestão e na elaboração de projetos de inclusão produtiva.

Então, esses são os nossos dois grandes desafios: avançar com a gestão social na matriz, controlando a matriz de todos os nossos programas nos territórios, para que avancemos com a execução de políticas estruturantes que irão resolver as dificuldades que temos e melhorar os nossos indicadores sociais. Por outro lado, avançar com outro desafio que é o controle social, a consolidação do controle social, e vocês estão com a responsabilidade de acompanhar a execução de nossas políticas no local, consolidando, fortalecendo os conselhos municipais, dialogando com esses conselhos municipais e “antenando”, fazendo o *link* do desenvolvimento territorial com o desenvolvimento local e vice-versa. Esse é o nosso desafio.

Quero cumprimentar a todos. Sinto-me honrando de fazer parte dessa revolução da qual vocês são a energia que nos movem nesse processo.

Muito obrigado. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Muito bem e muito obrigado, Dr. Wellington.

Agora passo a palavra para o Dr. Sérgio Gabrielli, secretário do Planejamento, representando aqui o governador Jaques Wagner. (Palmas). Enquanto ele chega à tribuna, queria também dizer, sugerir que os colegiados pudessem fazer nos seus municípios, levando uma cópia da lei – vou providenciá-la neste momento – para que façam esse debate nas câmaras municipais, porque toda lei só “pega” quando o povo conhece, e o modo melhor de o povo começar a conhecer é com o debate no município. Então, sugiro essa tarefa também para os senhores dos colegiados dos territórios.

Muito obrigada.

Com a palavra o Dr. Sérgio Gabrielli, nosso secretário.

O Sr. SÉRGIO GABRIELLI:- Boa-tarde a todas aqui presentes, todas as personalidades e pessoas aqui presentes, eu queria saudar a Mesa em nome de duas mulheres: da deputada Fátima Nunes e da nossa guerreira Rosana, representante dos movimentos sociais, portanto, que todas as outras personalidades da Mesa sintam-se representadas por essas duas senhoras, essas duas mulheres batalhadoras e comprometidas com o movimento. Em nome do governador Jaques Wagner, eu queria expressar o compromisso do governo do Estado em encaminhar, institucionalizar e definir de forma mais precisa o que entendemos como política territorial. Portanto, o governo do Estado, através do seu governador, está expressando, nesse projeto de lei, uma ideia de que representa neste momento uma mudança institucional que reflete os 20, 30, 40, 50, 60, 80, 90, 500 anos de nossa luta social no Brasil, mais intensa nos últimos anos. Portanto, em nome do governador Jaques Wagner, que tem demonstrado na prática um compromisso com essa representação local, nós vamos, com os deputados, com a deputada Fátima Nunes, discutir no âmbito da Assembleia Legislativa a implementação desse projeto de lei que permite tornar mais claro, mais explícito o significado e a importância da política territorial.

Um primeiro elemento para o qual eu gostaria de chamar a atenção é de que temos um Estado muito diverso. A maior característica do Estado da Bahia é a sua diversidade geográfica, física, social e a diversidade das culturas, dos povos, dos tipos de pessoas. A diversidade em si não é um problema. No entanto, quando a diversidade provoca um aumento da desigualdade, temos de começar a nos preocupar. Portanto, pensar ser possível ter o mesmo instrumento para tratar a diversidade, que nós temos, sem considerar as nossas desigualdades sociais é não ter o instrumento adequado.

A política territorial, portanto, neste contexto, representa uma arma, um instrumento para contrabalançar as desigualdades que temos entre os nossos territórios, entre as nossas pessoas, entre os nossos grupos sociais, entre os nossos grupos etários, entre os diversos agrupamentos de nossa população.

O primeiro elemento importante é perceber que a política territorial é uma política de redução de desigualdades, porque, dificilmente, vamos reduzir diversidades. Ao contrário, queremos que a diversidade continue. A ideia da política territorial é buscar onde os desiguais estão. Um dos elementos-chave da redução da desigualdade, principalmente entre pobre e ricos, entre grupos sociais, entre pessoas da cidade e do interior, entre pessoas do campo e da cidade, é como distribuir os recursos.

O nosso Estado, apesar de ser grande em tamanho, dada a nossa população, tem um dos piores volumes de recursos por habitante do Brasil. O governador Jaques Wagner, frequentemente, cita o Estado de Sergipe com um orçamento 3 vezes menor que o nosso e com uma população 5 vezes menor que a nossa. Portanto o orçamento de Sergipe, por habitante, é maior do que o nosso, mesmo com um volume do orçamento menor.

Temos, em nosso Estado, um orçamento que gira, em termos de valores disponíveis, em torno de R\$ 20 bilhões por ano. Quando falamos no PPA, falamos algo em torno de R\$ 100 bilhões ou R\$ 150 bilhões em 5 anos. Esse volume de recursos será distribuído, não individualmente, mas chegará à população.

Esse recurso não chegará para toda a população em geral, porque temos a máquina pública que precisa ser sustentada. Desses R\$ 20 bilhões, a máquina pública consome R\$ 12, R\$ 13, R\$ 14 bilhões. Portanto sobra algo em torno de R\$ 7 bilhões ou R\$ 8 bilhões por ano. As atividades regulares da educação e da saúde consomem de 25% a 30% desse restante. Portanto temos R\$ 4 ou R\$ 5 bilhões livres por ano num PIB de um Estado que é de R\$ 180 bilhões.

O Estado, por maior que a gente ache que seja, é pequeno. Ele é pequeno! A escolha de prioridades, para tratar das desigualdades, portanto, precisa ser planejada e executada de forma adequada.

Desta maneira, a política territorial é fundamental para caminhar nesta direção. Mas, aí, nós temos de entender – e este plenário mostra de forma clara – que a política territorial é, extremamente, importante para capturar as visões do movimento social, as visões do movimento popular, as visões dos movimentos territoriais, fortemente com uma influência rural muito grande.

E essas não são as únicas dimensões que o governo tem de tratar.

Nós temos de tratar de outras dimensões que não são, necessariamente, territoriais. Nós temos de tratar de dimensões setoriais, pois os setores econômicos, não são, necessariamente, setores territorializados. Nós temos de tratar de alguns temas relevantes que não são, necessariamente, territorializados, como segurança pública, tratamento da juventude e expansão da educação.

Portanto, há de se combinar esse conjunto de intenções e de interesses das diversidades que nós temos com a necessidade fundamental de reduzir as desigualdades. Esse é o desafio do governo e da política territorial.

E é com base nessa ideia que nós temos esse projeto de lei, que não é o ideal. Como disse aqui o meu querido Humberto: “Nós temos de aprender fazendo”. Não podemos aprender para, depois, fazer. Temos de ir fazendo as coisas e aprendendo com elas. É o que estamos fazendo aqui.

O projeto de lei não é o ideal. Discuti muito com a CET. Quase apanho da CET e quase bato, também. Mas aprendemos juntos e avançamos. Nos debates com os colegiados e com o Cedeter, houve momentos tensos. Minha querida ex-prefeita Cecília quase me bate também, pois ela é pequeninha, mas é braba. Com Mazinho, foi, também, um intenso processo de discussão. Nós aprendemos. Nós, governo, aprendemos. E acredito que o movimento social também aprendeu.

Acho que temos, nesse projeto de lei, digamos, um equilíbrio neste momento. E ele representa, portanto, alguns avanços para os quais gostaria de chamar a atenção. O primeiro avanço importante é reafirmar o território como unidade de planejamento. Ao reafirmar o território como unidade de planejamento, estamos dizendo que, para pensar o futuro, para pensar a organização de como usar os parques e os pequenos recursos que temos, nós temos de considerar o território como unidade de planejamento. Unidade de planejamento não é unidade de execução. Quanto à distinção entre planejamento e execução, parece-me, houve um avanço importante para evitar certo tipo de confusão que a gente, às vezes, tem.

Então, é uma discussão que, me parece, relevante: avançar e aprofundar o conceito de unidade de planejamento, que é uma forma de organizar o que fazer. Unidade de planejamento é uma forma de acompanhar o que será feito. Mas o planejamento não executa. A execução é feita pelos diversos órgãos do governo, e não pelo planejamento.

Portanto, há a necessidade de que os colegiados se apropriem dessa ideia, se apropriem da ideia de que não é no colegiado que se fará a execução da política pública, mas é a formulação e o acompanhamento da política pública. A execução é dos diversos órgãos do governo que existem nos territórios ou, até, que não existem nos territórios. Esse é um primeiro problema e um primeiro tema que acho relevante discutirmos na questão do território.

O segundo elemento, que nós precisamos entender, é que estamos falando, aqui, de poder. Estamos falando, aqui, em distribuição do poder com a sociedade. E, portanto, temos de levar em conta que temos várias instituições que representam o poder na nossa sociedade. O principal poder que temos é o legitimado pelas urnas, é o poder que vem dos votos, que vem, portanto, do processo eleitoral, quando a nossa Constituição diz que “todo poder emana do povo e em seu nome será exercido”. E este poder é legitimado pelo voto que elege o vereador, o prefeito, o deputado, o senador, o governador e o presidente.

Então, a primeira fonte de poder, por mais que nós não queiramos, por mais que elege o senador.

Então, primeira fonte de poder, por mais que não queiramos, por mais que tenhamos divergências, não está na organização da sociedade, mas está no poder eleito pelo povo, com todos os problemas que tenhamos, e aí, conseqüentemente, o relacionamento dos colegiados com o poder instituído seja esse poder instituído no âmbito do prefeito, no âmbito das câmaras, no âmbito dos deputados, no âmbito do senado, no âmbito do governo estadual tem que ser um tema a ser considerado.

Um segundo elemento importante é que precisamos empoderar os conselhos. Para empoderar os conselhos precisamos tornar mais evidente, mais explícito a escolha da representação dos conselhos. E o projeto de lei avança, a meu ver, numa proposta de escolha dos representantes dos colegiados no colegiado estadual através da institucionalização de uma conferência estadual de conselhos territoriais.

Ao estabelecer uma conferência estadual para que ela escolha os representantes no CDTE, nós estamos avançando na legitimidade da representação dos conselhos territoriais. Evidente que não basta isso, não basta ser representante, é preciso atuar e representar os interesses e a movimentação de cada território, de cada colegiado. Mas esse tema de representação, como vai ser a escolha dos representantes dos colegiados territoriais no CDTE, já que o CDTE tem uma série de funções de acompanhamento do PPA, de acompanhamento de insumos e de contribuições fundamentais no planejamento da utilização dos recursos disponíveis pelo governo, a legitimidade e a representação e a capacidade dos representantes não serem questionados do que representam, dá a esse colegiado, a meu ver, mais poder e mais capacidade de condições de diálogo mais significativo entre a representação direta da sociedade e a representação eleita pela democracia representativa. O terceiro componente, que me parece importante, da lei que nós avançamos, é a institucionalização dos CODTE's. A necessidade de avançarmos nas formas de funcionamento mais claro dos conselhos de desenvolvimento territorial, de tal maneira que tenhamos constância de reunião, de tal maneira que tenhamos mandatos definidos, de tal maneira que tenhamos processos de escolha de regimentos que sejam formalizados, de tal maneira que possamos ter uma representação do nível de cada território de um instrumento que esteja institucionalizado de forma que possamos nos dedicar muito mais a ação dele do que na sua própria institucionalidade. Então eu acho que avançamos aí também nesse dia. Por fim, acho que um avanço importante que tivemos nesse projeto de lei é o avanço na consolidação de uma concepção técnica, porém social, do acompanhamento da execução do PPA.

O PPA é um programa que inclui, hoje, 47 programas, mais de 1500 ações. Acompanhar isso não é uma coisa que se possa fazer eventualmente numa reunião a cada 3 meses. É preciso desenvolver uma competência técnica de acompanhamento permanente do PPA. A Secretaria do Planejamento tem uma superintendência destinada a acompanhar o PPA e não consegue acompanhar, com inúmeros técnicos dedicados em tempo integral para isso. Nós só conseguimos acompanhar um pouquinho melhor 20 dos 47 programas. Portanto, criar, dentro do CDTE uma câmara técnica de acompanhamento do PPA que substitui o antigo CAPA, parece-me um avanço na capacitação da sociedade de vir a seguir e acompanhar a estrutura do

PPA.

Portanto, eu acho que nós temos inúmeros avanços na governança e na capacidade de definir como os interesses e a possibilidade de mudança do Estado, para atender às necessidades de reduzir as desigualdades, a gente avança.

Mas, nós temos novos instrumentos que precisam ser considerados, e eu gostaria de chamar a atenção dos senhores e senhoras sobre esses novos instrumentos para o planejamento. Nós estamos também com um projeto de lei em gestação, não sei se já chegou aqui, discutindo o zoneamento ecológico e econômico do Estado. Nós temos hoje, dada a diversidade do Estado, 36 zonas ecológicas e econômicas, e essas 36 zonas ecológicas e econômicas não são definidas para serem unidades de planejamento. As unidades de planejamento serão os territórios de identidade. Porém, em cada território eu terei inúmeras zonas, porque nós temos diversidade dentro dos territórios. Portanto, nós teremos um instrumento a mais no planejamento da diversidade.

Nós, portanto, temos que introduzir mais e mais na discussão territorial a discussão sobre o zoneamento ecológico e econômico.

Um terceiro elemento novo que me parece relevante, novo não, temporal, calendário, é de que nós teremos obrigação legal, a partir de 1º de janeiro de 2015, de rever o PPA 2016/2019. Portanto, o ano de 2015 será um ano para preparar o PPA 2016/2019, preparar o PPA 2016/2019 levando em conta o zoneamento ecológico e econômico, levando em conta a lei dos territórios que nós temos, levando em conta que nós teremos um orçamento aprovado nesse ano, teremos um novo governo e, portanto, teremos uma série de desafios em 2015. E nós temos que apresentar esse PPA à Assembleia Legislativa até setembro de 2015.

Portanto, nós temos, na verdade, pouco mais de um semestre para fazer o PPA 2016/2019. Se nós não começarmos a nos preparar hoje, com uma avaliação do atual PPA, nós não conseguiremos fazer o PPA seguinte adequadamente. E aí nós vamos ter um risco muito grande da política de participação social, que é nós levantarmos esperanças, nós levantarmos expectativas sem discutir as limitações, sem discutir as possibilidades e criarmos frustrações. Nós não podemos fazer mais isso.

O próximo PPA, com a participação efetiva da política territorial, não pode ser apenas uma lista de desejos, não pode ser apenas uma lista de intenções, tem que ser um conjunto de ações e de programas que possam ser executados. E, portanto, temos que sair do reino do desejo para o reino da possibilidade. E é esse o desafio que nós temos.

Mas, eu quero, para encerrar, dizer que, em nome do governador, tendo consciência disso, nós também temos consciência que vocês, principalmente vocês que estão aqui neste Plenário, que são militantes da causa territorial, e o Estado e o Governo absorvendo as contribuições que vocês estão dando, estamos fazendo o que o Wellington disse aqui, uma revolução silenciosa da institucionalidade e do poder de representação da nossa sociedade mais desigual, mais sofrida, que precisa melhorar de vida e melhorar as condições.

E, portanto, precisamos fazer com que o Estado se preocupe mais com essa

sociedade. E é isso que, essencialmente, é a política territorial.

Parabéns, deputada, parabéns a todos vocês. E a nós do governo nos compete, apenas, trabalhar e executar para que isso seja feito da melhor maneira possível e com a maior participação da sociedade.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Muito obrigada, secretário. Acredito que, dentre todas as falas, o nosso secretário respondeu as nossas perspectivas e os nossos pensamentos.

O nosso Mazinho, que faz parte da Mesa, representando o colegiado, já me colocou uma preocupação a respeito de algumas emendas que precisam ser feitas. A nossa Rosana também já trouxe, aqui, outra preocupação e mais um lembrete para que haja emendas. As emendas são entregues na Secretaria da Mesa, portanto é importante que elas cheguem lá. Da Secretaria da Mesa nós as levamos para as instâncias da Casa, para as Comissões. Também teremos diálogos com a presidência da Casa e com o deputado Rosemberg Pinto, Líder do Partido dos Trabalhadores, do qual eu faço parte.

Hoje, o deputado Rosemberg Pinto não pode estar presente nesta sessão. Por ser o Dia do Meio Ambiente, hoje, houve três sessões nesta Casa: do Dia do Pescador, cujo proponente foi o deputado Marcelino Galo, que ocorreu pela manhã – quando chegamos aqui, ele ainda se encontrava no Plenário –; de comemoração ao Dia do Meio Ambiente, cujo proponente foi o deputado Rosemberg Pinto, que está ocorrendo agora; e está coordenada por mim, que trata do marco da política de territórios.

Alguns deputados me pediram desculpas e que eu as transmitisse para vocês, porque, hoje, o nosso governador Jaques Wagner também está fazendo uma ação territorial em Feira de Santana, entregando equipamentos e ambulâncias para os municípios, e alguns deputados o acompanham. Eu também deveria ter ido participar, mas esta sessão era prioridade. (Palmas) Eu falei para os nossos prefeitos que tivessem paciência, porque eu não estaria presente. Todos os deputados que me cumprimentaram pela manhã e que pediram que eu transmitisse isso para os senhores e as senhoras estão com o compromisso de, na semana que vem, estabelecer esse diálogo nas Comissões. Nós vamos conversando...

Em nome de Mazinho, de Rosana, de outros que falamos diariamente e dos membros da Mesa, agradeço imensamente ao secretário, porque, hoje, ele também tinha uma reunião da presidência do Conselho de Desenvolvimento do Desenhavia e abdicou dessa reunião para estar conosco. Agradeço ao conterrâneo Humberto, que está na política em Brasília, por ter feito essa deferência de estar conosco. Muito obrigado. Agradeço também à prefeita Cecília, que, naturalmente, está em campanha, por ter feito essa deferência de estar conosco; ao nosso companheiro Mazinho; ao Dr. Wellington Rezende, sei que o telefone da delegacia tem tocado bastante, porque o senhor ficou aqui conosco esta tarde inteira; ao Sr. Sandro Magalhães, representante

do Dr. Albino Rubim; e ao Sr. Ivan Leite, representante o Dr. Wilson, superintendente da Suafl, que também faz parte dessa caminhada histórica e fez muito bem a sua parte.

Ouviremos, agora, o Hino da Bahia, e logo depois teremos um encerramento com um coquetel. Espero que esse coquetel seja bem cheio de diversidade, como a Bahia é. Eu não sei quem preparou. Agradeço a minha assessoria, que me ajudou bastante para que esta sessão especial ocorresse hoje.

(Execução do Hino da Bahia)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Em nome do Poder Legislativo da Bahia, agradeço a presença das autoridades civis e militares, das senhoras e dos senhores, das deputadas e dos deputados e declaro encerrada a presente sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*